

Associações Agrícolas e desenvolvimento local em Moçambique: perspectivas e desafios (2010 – 2015): Estudo do caso associação livre de Mahubo Km 10, localidade de Mahubo, distrito de Boane

Sérgio Elias Libombo¹

Rubens de Oliveira Eliziário²

Vera Lucia S. Botta Ferrantez

RESUMO

Agricultura adotada pelo governo de Moçambique, centrada nas políticas socialistas, de produção em grandes propriedades com a gerência do Estado, no período pós – independência de 1975, destruindo a estrutura tradicional de produção em pequenas escalas dos agricultores, proporcionou uma crise econômica, social e cultural dos cidadãos. Contudo, o anúncio de programa de reabilitação econômica (PRE) em 1987, foi fundamental para criação de políticas públicas viradas para o desenvolvimento local e surgimento das associações agrícolas independente dos sistemas políticos. Daí as comunidades locais passaram a usar o movimento associativo como alternativa para suprimir os problemas que lhes apoquentam como a fome. O presente trabalho buscou tentar compreender a realidade organizacional da associação agrícola Livre de Mahubo 10 do distrito Boane no país de Moçambique. E como ela contribuiu para desenvolvimento da comunidade. Além da revisão bibliográfica e documental, foi feita a pesquisa do campo onde aplicamos questionário e entrevista numa amostra de setenta e cinco por cento dos associados e do pessoal administrativo. As análises preliminares dos dados, constatamos: Ausência dos gestores de políticas públicas atuantes na localidade; crença na autoridade tradicional local, o Régulo, como indivíduo dotado de poderes extra - naturais para dar bençãos todos os empreendimentos a ser erguidas; valorização das organizações não governamentais que trabalham na região para promoção de desenvolvimento local. Os

¹ Mestrando do programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente .Instituição: Uniara: Centro Universitário de Araraquara/SP .Email: sergiojuju2010@gmail.com

² Mestrando do programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente .Instituição: Uniara: Centro Universitário de Araraquara/SP e Técnico em Desenvolvimento Agrário da Fundação ITESP .Email: rubenselizario@yahoo.com.br.

² Professora, Doutora, Coordenadora do Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente e pesquisadora do CNPQ. Instituição: Uniara: Centro Universitário de Araraquara/SP.: Email: vbotta@techs.com.br

produtores agrícolas estão a favor na associação e ou cooperativa, mas tal interesse esta na insegurança quanto à posse de terra que pode afetar o desenvolvimento da comunidade.

Palavras Chaves: Associações Agrícolas; Impacto, desenvolvimento Local, Moçambique.

1-INTRODUÇÃO:

Este artigo é parte da Dissertação do meu mestrado em que estudo uma Associação Agrícola e o desenvolvimento local em Moçambique.

Em Moçambique, assim como noutros países da África, as organizações civis datadas antes da independência, foram se desenvolvendo em diversidade de contextos. No período colonial, as organizações civis tinham a sua missão de fortalecer o Estado na dominação do povo Moçambicano. Após a independência, 1975, o Estado era impulsor do interesse público, com a política do sistema socialista que durou até 1992, com a introdução do sistema multipartidarismo, período democrático onde se verifica o surgimento das associações comunitárias independentes dos sistemas políticos.

De acordo com Fernandes (1994: 21), as organizações da sociedade civil criadas por iniciativas privadas e que visam à produção de bens e serviços públicos, buscam responder às necessidades coletivas, e o bem-estar social, neste aspecto, a participação dos cidadãos nos movimentos associativos é importante para a democracia e fortalece a sociedade civil, dando um espaço para uma relação entre o Estado e sociedade.

Daí, a contribuição do associativismo neste caso agrícola, com toda liderança para planejamento, organização e controle é uma forma estratégica de promoção do desenvolvimento local e conseqüentemente como um mecanismo que pode melhorar as condições de vida dos camponeses. Além de gerar maior eficácia para a sustentabilidade e desenvolvimento social.(ibidem)

Conforme apresenta o Ferrinho: (1978) as organizações associativas têm o papel importante para desenvolvimento das comunidades rurais, pois os agricultores ao participarem nessas organizações ganham direito de tomar decisões sobre ela. Assim, como na organização de mercados, percebe-se, deste modo, a necessidade de indivíduos em se associar em grupos, unindo-se no esforço de buscar a transformação da realidade.

Portanto, aqui entra a questão de que, o tratamento do conceito desenvolvimento é um labor delicado e complexo, na medida em que o desenvolvimento não pode ser visto como um objeto concreto, com uma existência objetiva, como uma pedra ou uma pessoa, não é também um processo autônomo em si próprio independente, porque acontece envolvendo muitos outros

fenômenos, tomados arbitrariamente como um todo. Deve ser discutido a partir de suas complexidades.

Cada região tem uma cultura e estrutura própria, as quais influenciam sua forma de ação. As associações rurais ao serem formadas têm como propósito integrar os esforços e ações dos camponeses e seus familiares em benefício da melhoria do processo produtivo e um sistema produtivo capaz de gerar rendimentos crescentes, mediante a utilização dos recursos disponíveis, garantindo a melhoria do nível de vida da população local. Moraes & Curado (2004)

Assim, como defende Valá:

“O desenvolvimento pode ser visto como um processo cultural integrado, carregado de valores, englobando o ambiente natural, as relações sociais, a educação, a produção, o consumo, o bem-estar. É fundamental um processo endógeno, que surge a partir do foro do interior da sociedade, definido de forma soberana a sua visão ou seu projeto, contando inicialmente com as próprias forças e só depois com as forças dos que querem apoiar porque partilham os mesmos problemas.” (Valá, 1996:21) .

Em Moçambique, o assunto desenvolvimento local tem ocupado um lugar de destaque nas agendas políticas, sociais e econômicas dos vários organismos nacionais e internacionais de promoção do desenvolvimento. Este aspecto, Segundo Valá (2005:17) deve-se ao fato da destruição da estrutura do colonialismo e das políticas de desenvolvimento “centralizadas e intervencionistas” implementadas pelo governo no pós- independência não terem sido capazes de solucionar os principais problemas que bloqueiam o desenvolvimento, tais como: excesso de mão-de-obra não qualificada e fuga massiva de quadros após a independência nacional, acompanhada de sabotagem. O país não tinha quadros técnicos para enfrentar os vários desafios da reconstrução nacional; economia vulnerável e dependente de recursos externos: todo o investimento na economia nacional era público e, mais de metade dos investimentos era coberta por ajuda externa. Etc. (Chichava 2008). Acrescenta-se a insensibilidade às particularidades e especificidades locais.

Na realidade moçambicana, após a independência, muitas das políticas e estratégias de desenvolvimento do país foram desenhadas numa perspectiva “de cima para baixo” tendo como vector determinante a intervenção pública. Colocando em segundo plano as entidades locais e/ou regionais e as visões, anseios e perspectivas de outros atores fundamentais de desenvolvimento, nomeadamente o sector privado, as comunidades locais e a sociedade civil.

A redução da pobreza absoluta assim como o crescimento econômico em Moçambique tem sérios entraves sem um efetivo desenvolvimento sustentável da agricultura. De acordo com o programa quinquenal do governo de Moçambique (2015-2019) continua-se definindo como objetivo central o “combate” da pobreza como uma forma de melhorar as condições de vida da população e coloca a agricultura como a base do desenvolvimento econômico e social do país por esta ter um papel determinante na redução da pobreza (República de Moçambique, 12/2015);

Mas, qualquer estudo a fazer sobre uma cooperativa e/ ou associação é preciso respeitar as particularidades:

Apresenta aspectos específicos com dimensões distintas e, muitas vezes conflitantes, que de um lado são, respectivamente, o foco de mercado, da lógica econômica de maximização de resultados, da concorrência e dos preços, como sinalizadores da alocação de fatores de produção; de outro, o foco da sociedade, do associado, da fidelidade contratual, da ética dos negócios, da transparência e do desenvolvimento, com distribuição de renda, de forma a elevar a riqueza e o bem-estar do associado. (Bialoskorski, 2001:1).

Nesse sentido, surgem diversos aspectos acerca da formação e realidade das associações rurais em Moçambique, no caso particular deste estudo, a associação Livre de Mahubo 10, que devem serem respondido tais como: surgimento da associação; foco de atuação; participação dos membros na vida da associação; motivos de adesão dos membros, dificuldades enfrentadas pela associação e outros.

2. PROBLEMATIZAÇÃO

Moçambique nos últimos períodos tem passado por várias consequências do processo de mudanças políticas, econômicas e sociais resultantes de um conjunto de transformações, tais como a implementação da economia de mercado e aplicação do Programa de Ajustamento Estrutural (PAE). Um dos produtos destas políticas é a reestruturação do papel do Estado na provisão do bem-estar social e econômico das comunidades, e a necessidade imperiosa destas tomarem para si uma nova forma na busca de alternativas que visam satisfazer as suas necessidades socioeconômicas. Com aprovação e divulgação através do Boletim da República da lei nº 8/91, que regula o direito à livre associação, uma das alternativas que as comunidades locais encontram para fazer frente aos problemas que enfrentam é se organizarem em associações agrícolas. Estas, já foram por diversas instituições reconhecidas como sendo uma alavanca do desenvolvimento das comunidades locais (Valá, 2002: 26)

Segundo Perreira: (2007: 6) recorrendo a estudos realizados sobre as associações agrícolas, comprovou que a maior parte das associações agrícolas em Moçambique a nível local, embora tenham sido criadas para resolver os problemas dos seus membros e das suas comunidades, apresentam-se ainda com funcionamento deficiente.

Convém salientarmos que a deficiência do funcionamento de maioria das associações agrícolas segundo os pesquisadores que trabalharam em algumas associações, tem vários fatores que norteiam, tais como: falta de sustentabilidade, dependência climática, tais como: “a temperatura, pluviosidade, umidade do solo e radiação solar”, falta de infraestrutura e meio de transporte para escoamento dos produtos aos mercados locais e, por último, a falta de gestores das políticas públicas atuantes.

As associações e cooperativas agrícolas locais carecem de auto sustentabilidade, e estão, a grosso modo, dependentes do financiamento externo. Isso faz associações agrícolas tenham uma fraca ou quase nula capacidade de definirem elas próprias as suas necessidades prioritárias, assim como as impedem de alavancar o propósito na qual foram criadas. (Negrão, citado por Vala 2002).

Este problema de dependência as torna vulneráveis às decisões externas que por sua vez vão impondo as suas condições, que não vão de acordo com os objetivos inicialmente traçados pelas associações. Nesse ponto de vista, impossibilitam de definirem para si próprias, objetivos e metas a alcançar em função das necessidades e problemas vividos pelos camponeses, orientam-se em função das agendas e programas dos parceiros externos, o que, de certa forma, põe em causa a sua autonomia. Situação que vai ser discutida ao longo da dissertação.

Consideradas as questões levantadas, e na perspectiva de orientar este artigo, tem como objetivo geral: compreender a realidade organizacional da associação Livre de Mahubo 10 do distrito Boane. Os objetivos específicos: contextualização, formação e objetivos da associação; identificar as principais atividades e seu potencial para o desenvolvimento local; analisar as condições de vida dos associados; avaliar o nível de participação e articulação entre os membros da associação e a comunidade local.

Neste contexto, surgem alguns aspetos que precisam ser respondidos como forma de hipóteses: as associações agrícolas tem um papel preponderante na promoção do desenvolvimento local, por mobilizar o uso de recursos disponíveis em prol do desenvolvimento; as associações agrícolas em Moçambique, dependentes dos programas dos parceiros externos concorrem para o processo de desenvolvimento local, ou só tem uma existência nominal, sem dispor da autonomia necessária para intervir no processo; o Estado apesar de legislar a favor de associativismo, não o incentiva com políticas de desenvolvimento.

3- JUSTIFICATIVA

O crescimento da população mundial, devastação de recursos como a terra, a água, a biodiversidade e outros eventos como guerras, têm sido apontados como principais causadores das demandas por alimentos no mundo, sobretudo nas zonas problemáticas onde estes eventos são frequentes.

Numa tentativa de dar respostas a estes problemas, os homens aperfeiçoaram as estratégias e tecnologias para produção de alimentos e criaram alternativas para suprimir os problemas da escassez alimentar. Entre as alternativas podemos situar o associativismo que, independentemente de ser a base de sobrevivência, pode elevar níveis de produtividade dependendo das especificidades da região.

Neste contexto, um dos maiores debates da atualidade quer ao nível acadêmico ou governamental, diz respeito alimentação da população, pois é nesse circuito que a problemática agrária tem suscitado interesse nas agendas políticas de vários Estados. Principalmente nos países em vias de desenvolvimento como é o caso de Moçambique, pelo papel que esta atividade desempenha para melhoria do bem-estar das populações nas comunidades.

Em Moçambique, cerca de 70% da população vive na zona rural, e a grande maioria da população que vive abaixo da linha de pobreza absoluta encontra-se nas zonas rurais. É de salientar que agricultura contribui com cerca de 50% do PIB e 2/3 das exportações do país (República de Moçambique, 2010).

Neste panorama, estudar as associações agrícolas num país com um grande peso da agricultura como Moçambique encontra sua justificativa pelo papel que esta prática desempenha na organização dos camponeses e no desenvolvimento das comunidades locais, tal como afirma Francisco (2001: 48) “ o processo de organização de uma comunidade é também um processo de desenvolvimento, pois uma população desorganizada não consegue conceber nenhum projeto capaz de promover o desenvolvimento da sua própria comunidade.”

Na outra visão, estudar associativismo agrícola é um meio de compreender as dinâmicas organizativas das comunidades locais, as sinergias institucionais em presença, a capacidade endógena a nível local, bem como a forma como os atores locais se estruturam e se organizam para enfrentarem os desafios complexos que o processo do desenvolvimento acarreta.

Do ponto de vista prático, abordar o associativismo agrícola nas suas vertentes dimensões pode-nos permitir ter um conhecimento mais profundo da realidade camponesa, dos problemas, das suas necessidades e aspirações. Estes aspectos poderão servir de requisitos no

quadro da formulação, implementação e monitoria de políticas públicas de promoção do desenvolvimento local.

Na visão teórica, o estudo do associativismo agrícola apresenta-se como um importante contributo para compreensão da dinâmica da vida social no meio rural. Tendo em consideração que a maioria dos agregados familiares possui recursos limitados, o modelo associativo revela-se como um importante catalisador para a busca de soluções para os problemas que os indivíduos enfrentam, e que seria difícil ou senão impossível resolver individualmente. O que não implica ignorar os seus problemas e desafios.

Em Moçambique é pertinente apostar em desenvolvimento local, pois este coloca em evidência a diversidade e a particularidade dos contextos locais, reconhecendo que cada território tem necessidades e demandas próprias e deste, respostas particulares e diferentes em termos de políticas públicas e desenvolvimento do rural.

Portanto, a escolha da associação Livre Mahubo 10Km, localizada no sul de Moçambique, distrito de Boane, pode ser relevante para estratégia de desenvolvimento rural. Uma comunidade com aproximadamente 10000 famílias para realização do nosso trabalho, nos quais foi escolhida uma associação, prende-se por ter um grande peso da agricultura e de se encontrar na localidade rural, com facilidade de deslocação em transporte rodoviário.

4- PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para realização deste artigo que tem como objeto de estudo associação Livre de Mahubo 10, foi feito uma divisão. A primeira composta por revisão bibliográfica; A segunda parte o trabalho de campo, a terceira parte a análise e interpretação dos dados e referências teóricas utilizadas.

A pesquisa bibliográfica constituiu a fase de recolhimento de dados, revisão bibliográfica relevante que aborda sobre a temática em análise, a partir das palavras chaves: Associativismo Agrícola, Desenvolvimento local, em várias dimensões de desenvolvimento local ou endógena, participação, capital social, comunidade.

Assim, para a realização da pesquisa privilegamos tanto as fontes de informação primárias assim como as secundárias nomeadamente: documentos publicados e não publicados, monografias, dissertações, teses, documentos diversos, livros, relatórios do PNUD com relevância sobre o tema, legislação Moçambicana sobre associações, entre outros.

Para complementarmos a pesquisa e aprofundar o estudo, buscamos informação quer em formas documentais, quer em fontes orais dos próprios agentes sobre a associação Livre de

Mahubo 10, no que se refere a sua gênese, a sua evolução, bem como outros itens, com objetivo de tentar compreender a situação da organização.

A observação direta foi à técnica de pesquisa que nos permitiu realizar constantes visitas ao terreno de estudo, e segundo um plano previamente desenhado, observamos as condições geofísicas, o modo de vida das populações, o funcionamento das instituições locais, os hábitos e os costumes locais. Fizemos anotações sobre situações que tem relevância para o nosso estudo em diários de campo.

As entrevistas ou questionários semi - estruturadas (individuais e coletivas), constituíram uma das mais importantes técnicas de investigação que nos permitiu um contato direto e de diálogo com as famílias da comunidade local, incluindo “pessoas chaves” da comunidade que pela sua posição tem alguma informação pertinente para a nosso trabalho. Foram aplicados 75 questionários nas famílias associadas.

No nosso entender, as entrevistas semi-estruturadas permitem um maior aprofundamento das questões a levantar, de acordo com Lakatos e Marconi (1999: 12), maior liberdade aos interlocutores de desenvolverem cada situação em qualquer direção que considerem adequadas. É uma forma de explorar mais amplamente uma questão porque as perguntas foram em gerais abertas. o trabalho de campo foi realizado no estilo de diálogo.

As entrevistas foram sobre os seguintes grupos:

-Membros da autoridade administrativa nos serviços de atividades econômicas, o responsável pela execução de políticas pública do distrito de Boane.

-Membros da associação agrícola selecionada para o estudo de caso.

-Representante de ONGs que atuam na implementação de programas de desenvolvimento local, nomeadamente: IPERMO, uma organização Brasileira de Promoção de Desenvolvimento local e ACIDOVOÇA, também uma organização que promove o desenvolvimento das comunidades locais, que tem parceria com uma Empresa Industrial de Produção de Alumino (MOZAL).

As entrevistas individuais foram feitas diretamente com alguns membros de administração local, membros do setor privado que atuam na formulação de políticas de desenvolvimento local a nível da região, líderes comunitários e alguns elementos chaves da associação em estudo.

As entrevistas incidiram sobre os membros da comunidade local e membros da associação agrícola em estudo, incluindo homens e mulheres em idades compreendidas entre os 15 a 65 anos. Para que a informação seja mais representativa possível, as entrevistas foram feitas em duas línguas (Português e Changana língua local), uma amostra de 75 pessoas de

universo de 230 membros ativos da associação Livre Mahubo KM10 e representantes da comunidade local, administração local, ONGs e do Ministério de Agricultura do Distrito de Boane.

Assim foi feita uma análise e interpretação preliminar dos dados colhidos com vista a sistematização dos dados, onde se aplicou o método indutivo para a sua generalização, a partir do estudo de caso da associação livre Mahubo no Distrito de Boane.

5 - Associação em Moçambique: Alavanca para o desenvolvimento

Em Moçambique, como em vários países africanos que foram dominados por regimes colonialistas, o movimento cooperativo ou associativo data antes da sua independência. E esses movimentos de camponeses no período colonial não tinham formalmente ordenamento jurídico, uma vez que as suas ações serviam ao interesse do Estado colonial. (Adam, 1986:1)

Segundo o autor (Adam, 1986:69) as cooperativas principalmente dos camponeses no período da colônia eram criadas com maior intervenção do Estado para satisfazer a sua base social, e tinham como apoio para concretização do controle os régulos³, que desempenhavam um papel importante na criação e desenvolvimento da associação, eles trabalhavam como espécies de presidentes da associação.

Mas, a posição do colono de manter o regulado tradicional na estrutura de associações, tinha como objetivo fortalecer a sua crença perante os camponeses. A comunidade rural via o régulo como indivíduo supremo para interpretar todos os fenômenos que acontecem na natureza, nomeadamente quando chove ou não chove, ano de produção e de seca, para se preparar a futura safra.

Ainda para este autor, a criação de cooperativas, além de garantir a sua base social, tinha a missão de apoiar a estabilização da classe de agricultores capitalistas “africanos” que eram selecionados para esses projetos, o Estado apoiava em meios de modo que lhes permitissem desenvolver as suas atividades e a inclusão do régulo era uma estratégia sendo ele, funcionário administrativo colonial encarregado do controle das regiões rurais. (Adam, 1986)

E a autora Perreira, salienta que:

Contrariamente ao que aconteceu noutros Estados colônias em que o cooperativismo foi instrumentalizado pelas potências ocupantes para modificar

³Régulo - autoridade tradicional (chefe da localidade responsável por rituais de invocar os antepassados para qualquer evento, com intuito para que tudo corra bem)

as relações políticas dominantes, Portugal, serviu-se das organizações cooperativas para impedir qualquer processo de autonomia ou de participação dos colonizados nos mecanismos de poder ou de administração (Pereira apud Valá 2007:22).

Portanto, torna-se claro que as cooperativas no período colonial não tinham como objetivo beneficiar os agricultores, mas sim engá-los no sistema colonial. Neste contexto, o cooperativismo surge como um modelo criado fora da autonomia dos camponeses, imposto pelo governo colonial como forma de sementar e estender o seu poder até ao nível dos camponeses. Aqui é possível entender como as forças conservadoras destroem a criatividade e a diversidade cultural e regional “dos de baixo” para manter o padrão de privilégios “dos de cima”.(Buarque. 2002)

Após a independência, a criação das organizações rurais (cooperativas e associações) foram incentivadas pelo Estado como política e estratégia de desenvolvimento e socialização do campo, a agricultura fomentada era de grandes propriedades em detrimento da pequena produção familiar. (Van Vugt, 2002:12)

Nesse período, o Estado centralizado, apoiado pelas várias organizações civis como: OMM⁴ e OJM⁵ divulgou a importância da criação de cooperativas ou associações para socialização de produção e meios de produção e de força de trabalho. Uma experiência desenvolvida nas zonas libertadas pela Frelimo durante a Luta de Libertação de Moçambique (Muthemba, 1998:31).

Entretanto, o Governo da Frelimo destruiu toda estruturação do poder local, o régulo que era visto como Deus nas localidades rurais passou a não ser reconhecido como autoridade local, alegando que serviu o Estado do colonialismo português, e a responsabilidade das atividades desenvolvidas pelas cooperativas foram para gerência do governo e, por sua vez, associações são submetidas a uma dependência total do Estado, sem uma autogestão consistente, o que trouxe muitos problemas no seu rendimento.

Ao apostar por agricultura de grande escala e moderna, concretizada apenas nas empresas agrícolas estais, colocava os pequenos agricultores em segundo plano, e o modelo de economia centralizava tinha como perspectiva transformar os pequenos produtores em cooperados agrícolas ou em operários nas empresas estatais. Pois os produtores eram considerados incapazes de adotarem técnicas produtivas modernas para o seu crescimento econômico. (Mosca, 2005)

⁴Organização da Mulher Moçambicana

⁵Organização da Juventude Moçambicana

Nos finais de década 80, o país devastado pela guerra e com uma economia debilitada, o governo adota estratégia para sair de crise e, nesse prisma, introduz o programa de reabilitação econômica (PRE) que deu início às transformações socioeconômicas e políticas e em 1987, as políticas públicas tomam novo direcionamento que é da abertura em toda escala. A partir daí, a estrutura tradicional que tinha sido destruída após a independência foi chamada e reconhecida a exercer as suas atividades. Também surge o novo movimento cooperativo inspirado na autonomia e passou a ter apoio das organizações internacionais, quanto à sua promoção como seu sustento, com interesse de dar mais liberdade nas suas atividades. (Van Vuht,2002: 28).

O movimento cooperativo ganhou autonomia, como uma unidade de produção, com as características próprias desenhado com princípios de uma organização cooperativo e associativo, ai que começa a disseminação da ideia de criação de associação de camponeses como uma das alternativas viáveis para recuperação da vida dos camponeses e comunidades devastadas pela guerra de 16 anos protagonizada pela Frelimo⁶ e Renamo⁷. (ibidem)

6- CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESPAÇO

O distrito de Boane localiza-se no extremo sul da província de Maputo a sua sede está a 30Km da cidade capital Maputo, entre latitude de 20° 02' 36" sul e longitude de 32° 19' 36" este, faz fronteira à norte com o distrito de Moamba, a Oeste e Sudeste com distrito de Namaacha, à Sul e Sudeste com distrito de Matutuine e à leste com Município da Matola.

Ele está dividido em dois postos administrativos (Boane e Matola Rio) com uma superfície de 820Km² , com população de 102457 de habitantes, segundo censo de 2007, o que corresponde uma densidade populacional de 124,9 habitantes Km².

Boane – Posto Administrativo e localidade

Distrito	Posto Administrativo	Localidades
Boane	Boane sede	Vila Boane, Guenguegue, Eduardo Mondlane
	Matola	Matola Rio

Figura 1: Fonte: Governo distrital de Boane :2009

⁶Frelimo- partido politico (frente de libertação de Moçambique)

⁷Renamo – partido politico(movimento de resistência de Moçambique)

A população de Boane tem sua origem nos emigrantes Bantu que teriam emigrado provavelmente há cerca de um milênio a partir da região central da África, e se instalaram no sul de Moçambique dando origem aos tsongas que se espalharam em toda região. INE (2009).

O nome distrito “Boane”, do distrito tem como origem a sobrenome Mboene. Quando da chegada dos colonos e após a construção da linha férrea que atravessava aquela área geográfica, estes teriam parados no local onde hoje é estação dos caminhos de ferro para se informar do nome da região. Assim perguntaram ao senhor que se encontrava no local e este entendeu que quisesse saber o seu próprio nome, ao que respondeu em língua local “hi mine Mboene” e os Portugueses entenderam como o interpelado estivesse a dizer que a região chama-se Boane. (ibidem).

Os Mboenes apesar de terem tido sorte de dar nome a distrito, estes, nunca fizeram parte de autoridade tradicional que é da pertença dos Matsolos (expansão de família hanhane Matsolos), havendo um e outro povoado onde os Matsolos conferiram o poder de chefes de terras ou povoado a outras pessoas próximas como é o caso dos Cuambas em alguns povoados do PA Matola Rio.(ibidem).

Em Boane, assim como noutros pontos de país, ocorrem manifestações culturais que identifica aquele povoado como no caso: nascimento, morte, fase de puberdade, ritos de iniciação, alimentação, religião, línguas faladas e outros. As populações e autoridades tradicionais desta zona preservam a cerimonia tradicional “Kupasla” (pedido de antepassados) geralmente são realizadas em diversos cerimonias incluindo as cerimoniais públicas no âmbito de diversos tipos de empreendimentos.

Clima e Hidrografia do Distrito de Boane

O clima da região é sub úmido e com deficiência de chuva na estação fria, caracterizado por alternância entre as condições secas, induzidas pela pressão subcontinental e as incursões de ventos úmidos do oceano. Vagas de frio podem trazer tempestades violentas e chuvas torrenciais de curta duração MAE (2005: 2). A temperatura média anual é de 23.7°C verificando-se que os meses mais frios são os de Junho e Julho e os mais quentes Janeiro e Fevereiro. Amplitude térmica anual é de 8.8°C. A umidade relativa média anual é de 80.5% variando de um valor máximo de 86% em Julho a valor mínimo de 75.2% variando entre os valores média de 563.6mm para o período úmido e as 43.6mm no período seco. O período úmido estende-se de Novembro a Março e o período seco de Abril a Outubro (ibidem).

O distrito é propenso a ciclones, depressão, secas e cheias. Entre os já ocorridos são de salientar :

- O ciclone EL,Nino em 2003 que causou danos significativos à produção agrícola e

Infraestrutura econômica e sociais.

- Há grandes secas nos anos 1983, 1990 e 1991; e as cheias de grande relevo em 1984 e no ano 2000.

Os cursos de água do distrito de Boane pertencem às bacias hidrográficas dos rios Umbeluzi, Tembe e Matola. Também o distrito é atravessado pelos rios Movene e Nwlate, de regime periódico (afluentes do Umbeluzi). Destes, o mais importante é o rio Umbeluzi que nasce no país vizinho (Suazilândia) e após 70Km desemboca no estuário de espírito santos onde também sua foz, dá os rios Matola e Tembe (MAE: 2005:4).

Assim, o rio Umbeluzi é a fonte e responsável pelo abastecimento de água potável das cidades de Maputo e Matola. Com crescente aumento da população, a quantidade de água tornou-se cada vez mais escassa pelo que foi necessária a construção da barragem dos pequenos Libombos, que se integram na estratégia de utilização dos recursos naturais e de aproveitamento das potencialidades da região (ibidem).

Relevo e Solos

De acordo com MAE (2005:5), o vale do Umbeluzi possui solos com bom potencial agrícola e pecuário, que são explorados por um vasto tecido de agricultura privada e familiar. No que concerne à segurança alimentar, existe uma diferença notável em relação às regiões, onde a zona Sul, mais estável e coberta pela rede de rios, beneficia regadios de baixas umidades e é apta para hortícolas, bananas e citrinos.

Na zona Norte (PA da Matola Rio), o potencial existente é mais apropriado para o cajueiro e avicultura, beneficiando a população de pequenos negócios que o rápido desenvolvimento socioeconômico proporciona. (ibidem).

Economia do Distrito

Segundo o Ministério de Administração Estatal, o distrito de Boane, a partir da década de 90 registrou grandes projeto de impacto nacional, sendo referência de grande destaque a construção da indústria de fundição de alumínio “Mozal”, polo de atração de outras empresas e indústrias nacionais e estrangeiras que têm afluído ao parque industrial de Beluluane. Adicionalmente, a auto-estrada Maputo – Witbank (África do Sul) que atravessa o posto administrativo da Matola- Rio, é uma contribuição importante para o desenvolvimento da região e, em consequência, para redução de desemprego. MAE(2005:5)

A agricultura é a base da economia distrital, tendo como principais culturas as hortícolas, milho, mandioca, feijão, bananas e citrinos. Os gados predominantes são bovinos, ovinos e aves, destinados para consumo familiar e comercialização. Afetado pela excessiva

procura de terrenos proveniente da cidade de Maputo, Boane tem sido palco de vários conflitos ligados à posse da terra.(ibidem).

De acordo com dados da organização “Médicas sem fronteiras” estima-se que a média de reservas alimentares de cereais e mandioca, por agregado familiar, correspondem a cerca de três meses, admitindo-se que 5% da população encontra-se em situação de extrema vulnerabilidade, sobretudo os camponeses com menos posse, principalmente idosos e famílias chefiadas por mulheres. (ibidem: 6).

Esta situação pode ser atenuada pelo fato de o distrito beneficiar de uma razoável integração regional, de mercados, bem como poder ter acesso a atividades geradoras de rendimentos, nomeadamente o emprego na cidade de Maputo assim como nas minas de África do sul.

O rio Incomati é o principal recurso hídrico, favorecendo a prática das atividades pesqueira e agropecuária. Além disso, o distrito conta com seis jazigos de areia e uma pedreira, fontes importantes para o aprovisionamento do setor de construção da província e cidade de Maputo. Existe ainda um conjunto de 78 unidades industriais, sendo a pequena indústria local uma alternativa imediata à atividade agrícola, ou um prolongamento da sua atividade. e a proximidade da cidade de Maputo e vizinho África do sul, contribui para atividade comercial bastante informal, no qual ocupa 14% da população ativa e 16% das mulheres economicamente ativas na sua maioria das zonas urbanas e semi-urbanas. MAE(2005).

Quanto ao movimento associativismo no Boane, segundo o responsável dos Serviços de Atividades Económicas do Distrito, temos as seguintes informações:

Os serviços de atividades económicas têm aconselhado os camponeses para criação de associações e assessoria na regularização junto ao notariado e por sua vez, eles certificam.

Tem 27 associações e 3 (três) tipos de associações

- Associações de Agricultura (regadios e sequeiros).

Associações de agricultura de regadios são as que desenvolvem as atividades na bacia de Umbeluzi e Movene e não dependem da chuva, fazem a rentabilizar o sistema de rega.

Enquanto associações de sequeiros são as que desenvolvem as atividades nas zonas altas que dependem exclusivamente da chuva.

- Associações de Criadores;

- Associações de atividades não agrária.

Associação Livre de Mahubo KM10: expressão da cooperação e do desenvolvimento.

Contexto de surgimento

A associação surge no contexto em que os camponeses da aldeia comunal de Marien Ngouabi, enfrentando graves problemas de fome e seca resolveram se reunirem para criar uma espécie de ajuda mútua e solidariedade. Esse pensamento segundo Araújo, Tolentino, Theophilo (2009), podem ser definido de relação que seus membros estabelecem entre si, na convivência social e cultural.

Assim, o grupo trabalhou durante um ano no sistema de ajuda um ao outro em vários terrenos dispersos, mas a persistência da seca fez com que eles mudassem do pensamento. Daí, um dos integrantes do grupo avançou com a ideia de associação e o local onde podia ser viável para produção de alimentos.

Nesse contexto, localizaram o terreno à beira da barragem com boas condições para prática de agricultura e facilidade para irrigação, mas precisavam de uma autorização de autoridade administrativa do distrito para concessão de uso e aproveitamento da terra.

De acordo com entrevistado, foi solicitado o uso e aproveitamento da terra, é quando foram sensibilizados para regularizar a associação para poderem ter direito, daí surge a associação. Os integrantes da associação foram parcelados os terrenos onde pode exercer atividades, dependendo da capacidade do camponês, quanto maior número de elementos da família tiver maior parcela obtêm.

A associação Livre de Mahubo Km10 surge em 2012, mas juridicamente foi criada em 2013, como pessoa coletiva de direito privado e associativo, sem fins lucrativos, dotada de personalidade jurídica própria e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, constituída nos termos da lei em vigor e regida com estatuto e demais legislações o aplicáveis . A associação tem a sua sede na Aldeia Comunal de Marien Ngouabi, Localidade Eduardo Mondlane, Distrito de Boane, província de Maputo. Conta atualmente com 230 membros efetivos e 190 não efetivos, explorando uma área de 50 hectares e tem como missão produção de alimentos.

Objetivos da Associação

1 - Promover o espírito de associativismo, e desenvolver projetos integrados e adequados, de fortalecimento da comunidade e que sirva de uma forma mais eficaz, necessárias para a comunidade.

2 - Promover programas de intercâmbio nacionais e internacionais para a partilha de recursos e aprendizagem mútua entre as instituições, ONGs, Sociedade Civil que trabalham na localidade de Marien Ngouambi, na província de Maputo e nível nacional.

3 - Desenvolver ações preventivas nas áreas de saúde e reforço complementar na educação, nutrição, meio ambiente com vistas a contribuir na redução dos índices elevados da pobreza.

4 - Ter a responsabilidade de manter, conservar os recursos naturais existentes na comunidade e desenvolver a sua regeneração e reflorestamento.

O surgimento da associação Livre de Mahubo Km10, se enquadra na ideia do Senar (2011:9) de que a cooperação surge de forma espontânea com veste de solidariedade, para um objetivo comum que é a sobrevivência.

7 - RESULTADOS PRELIMINARES

Em uma análise preliminar da pesquisa de campo através da aplicação dos questionários e dos dados levantados, verificamos:

O poder da autoridade tradicional “Régulo” que o agricultor vê nele, pois é reconhecido como uma pessoa que tem poder extranatural para anunciar ou não, um ano produtivo. A sua participação no ato ritual de invocação dos antepassados, com aval do governo, no começo de uma produção é visto como uma forma de bençoar para uma boa atividade agrícola.

Adesão e participação dos membros na associação e comunidade

Associação é composto por 230 membros, efetivos e 190 não efetivos, com número maior das mulheres, a razão de serem a maioria que os homens, segundo os entrevistados, está explicado pelo fato de muitos homens terem perdido a vida no período de guerra dos 16 anos entre a Renamo e a Frelimo e outra, os homens têm procurado atividades remuneradas nas minas da África do sul, quando vão ao vizinho país África do sul a busca de trabalho permanece por lá por um período longo sem se comunicar com a família, outros não regressam ao país, deixando as mulheres na situação de chefe de famílias.

O motivo de adesão para todos os membros é mesmo, apesar de número maior ser das mulheres por sua situação de vulnerabilidade, procurar suprimir dificuldades que enferme os camponeses tais como: a fome, a segurar um terreno fértil para prática de agricultura e falta de meios para compra de insumos, uma vez participando numa organização como esta, tem um apoio de uma organização Brasileira (IPERMO) e Acidovoça-Mozal que atuam na região dando ajuda a todas associações agrícolas que trabalham no distrito.

Além de dar apoio em insumos as associações, esta organização ajuda em construção de poços, represas e vias de acessos nas localidades, difusão da tecnologia de produção aos

associados por via de projetos de desenvolvimento rural, sensibilizar e preparar os agricultores a produzir os produtos resistentes a seca.

Constatou-se que a maioria dos associados aderem a esta organização pois através deste, vê a possibilidade de ter uma parcela de terra fértil para exercer atividades de agricultura e beneficiar de descontos na compra de insumos. Muitos deles desconhecem as regras que regem a associação, a razão, falta de reuniões periódicas para passarem as regras, tendo em conta que muitos deles não sabem ler nem escrever.

Estamos nesta associação porque caso não, não teremos um espaço desejado para prática de agricultura, que tanto precisamos para alimentarmos as nossas famílias. Pois outros locais para fazer lavoura dependemos, exclusivamente da chuva e passa muito tempo sem chover e aí, somos obrigado a obedecer as regras do funcionamento da associação.

Com esta contestação ilustra um grande problema que os camponeses da localidade vive, uma vez que quando não se filiam na associação são entreguem a sua sorte, o condicionalismo de melhores terrenos para agricultura impõe aos camponeses uma espécie de coerção para participar na vida da associação.

Em suma, os camponeses ao aderir à associação é uma forma encontrada por parte deles para puder garantir acesso à parcela de terra nos lugares e ideal para prática de agricultura, assim como imposição e condicionalismo das organizações não governamentais que atua na região para se beneficiar da ajuda.

Contudo, ao constataremos a continuidade da associação por esse período de tempo, colocamos a seguinte interrogação que procuraremos aprofundá-lo em fases posteriores das pesquisas: Será que a adesão dos camponeses da localidade de Mahubo à associação tem só o motivo na possibilidade de garantir a terra permeável e apoio das organizações que atua na região, ou transcende a este nível de motivação?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAM, Yussuf Ajudar a quem se Ajude a si Próprio, Iniciativas locais de Desenvolvimento em Moçambique: Avaliação de projetos financiadas pela Helvetes em Boane e TeTe. Maputo, CEA-UEM, 1989

AMARAL Filho, J. do. Desenvolvimento Regional Endógeno: reconstrução de um conceito, reformulação das estratégias. Revista econômica do Nordeste, Fortaleza, v, 26, n.3 Jul/Set 1995.

ARAÚJO, Aparecida Leal. TOLENTINO, Marlúcia Araújo. THEOLLIHILO, Carlos Renato. Realidade Organizacional das Associações Comunitárias Rurais da Região sul de Montes Carlos. São Paulo/SP 19 a 23 Setembro, 2009

BAUMAN, Zygmunt, 1925 – Comunidade: A busca por Segurança no Mundo Atual/ tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; ed. 2003

BIALOSKORI NETO, S. Estratégias e cooperativas Agropecuárias: ensaio analítico. In Seminário de Política Econômica em Cooperativismo e Agronegócio da UFV: Viçosa, Outubro de 2002

BOURDIEU, Pierre O Capital Social. Notas provisórias. In: Nogueira e Catani, 4º Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro, Editora Vozes. 1998

CAMPOS, Antônio dos Santos, Associação Agrícolas. Um guia prático. 2º ed. DGDR. 1999

CARVALHO, Daniela Sampaio Da pós Independência ao projeto neoliberal e os desafios para os trabalhadores na África austral/ análise comparativa de Moçambique, Ilhas de Maurícia e Tanzânia, 2008

CHICHAVA, José. Participação Comunitária e Desenvolvimento: O caso dos grupos dinamizadores em Moçambique. Maputo: Assembleia Municipal de Maputo, 1999

CHONGUIÇA, E. Desenvolvimento Sustentável In: MICOA. Boa governação e Desenvolvimento Sustentável. Maputo: Nacional de promoção e Divulgação Ambiental, (1997)

COLEMAN, James. Social Capital in the creation of human capital. The American Journal of Sociology. VI.194 (1990)

DEMARTINS, Lucia. Compêndio de Sociologia. Instituto Geográfico de Agostini, S.P.A Novara. 1999

FRANCISCO, António Álvaro. Desenvolvimento Comunitário em Moçambique: Contribuição para sua compreensão crítica. Rio de Janeiro. UFRJ. 2001

FINLEY, M. I. Democracia antiga e moderna. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, 192p.

KISILI, Marcos. Organização social e desenvolvimento sustentável: Projetos de Base comunitária. In. Joschipe, Evelyn Berg (et. al). 3º setor: desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Maria de Andrade. Sociologia Geral. 7º Ed. São Paulo: Atlas. (1999)

MINISTÉRIO DE ADMINISTRAÇÃO ESTATAL. Serie. Perfis Distritais. Edição 2005
<http://www.govnet.gov.mz>

PRATES, A.A.P Redes sociais em comunidade de baixa renda. Os efeitos diferenciais dos laços fracos e dos laços fortes. RAP, Rio de Janeiro, v.43,n.5, p.1117-1146, SET./OUT.2009

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (2015), Programa Quinquenal do Governo Para 2015-2019. Maputo Conselho de Ministros

SERVIÇOS NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL: Associações Rurais: Práticas Associativas características e formalização – Brasília, 2011 56p: II serie

TEODÓSIO, Armindo dos Santos. O terceiro setor e a provisão de políticas sociais: Desafios, perspectivas e armadilhas da relação entre a organizações da sociedade Civil e Estado de Minas Gerais. S.d.

WWW.grupogaz.com.br gazeta do sul/noticia/307826- comunitarismo. Federal/ edição: 2011-11-01.
html.